



Escola de Administração Fazendária



Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda

Concurso Público - 2010

(Edital SMF n. 01, de 16/7/2010)

Gabarito

1

Cargo:

Agente de Fazenda

Prova Objetiva

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
3. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
4. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“ O espírito se enriquece com aquilo que recebe; o coração enriquece com aquilo que dá ”
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
6. Na prova há **85 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
7. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica, em material transparente, (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
8. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
9. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
11. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.6 do edital regulador do concurso.
12. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
13. Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 - Em relação às ideias do texto, assinale a inferência correta.

A informação do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário sobre a arrecadação de impostos no país, através do instrumento denominado Impostômetro, é mais um elemento de transparência da democracia brasileira. É bom para o país que instituições independentes façam este tipo de acompanhamento do poder público. Mas seria importante, também, que os próprios governos mantivessem constante atualização pública do que arrecadam e gastam, para que os cidadãos se sintam efetivamente representados pelos governantes que elegem. O sistema de impostos é a maneira histórica com que o poder público, no país e no mundo, arrecada recursos para sustentar-se, para promover os serviços essenciais e para investir em obras de sua responsabilidade. Neste sentido, o sistema é imprescindível, integrando de maneira fundamental a estruturação do Estado e da sociedade.

Assim, numa sociedade organizada, pagar imposto faz parte dessa espécie de contrato social que garante ao país o funcionamento adequado, a promoção da saúde, da segurança e da educação e a manutenção das instituições e dos poderes. O controle social dos gastos públicos e a fiscalização dos cidadãos em relação ao uso adequado dos recursos são questões básicas para a qualidade do crescimento do país.

(Zero Hora, RS, Editorial, 28/7/2010)

- a) O Instituto Brasileiro de Planejamento é uma instituição oficial pública.
- b) O acompanhamento do poder público por instituições independentes prejudica o desenvolvimento do País, porque elas têm seus próprios interesses.
- c) A qualidade do crescimento do país está relacionada com o controle social dos gastos públicos realizado pelos cidadãos.
- d) Se os governos mantivessem informações disponíveis sobre seus gastos e sua arrecadação, a administração ficaria prejudicada.
- e) O sistema de impostos é dispensável para a estruturação do Estado e da sociedade.

- Considere o texto abaixo para responder às questões 2 e 3.

De teor histórico-filosófico, os livros de M. Foucault investigam, em determinadas sociedades e em determinados períodos, quais os modos efetivos e historicamente variáveis de produção de verdade.

- 5 Uma consideração que se estende para a sociedade moderna, a partir das suas instituições, diz respeito ao que podemos identificar como o traço fundamental, comum a todas elas e que, certamente, é aplicável a toda sociedade. Trata-se do princípio da visibilidade. A um tempo global e individualizante, a visibilidade constitui uma espécie de princípio de conjunto. À primeira vista sinal de transparência e de revelação da verdade, pode-se contudo questionar se o gesto de mostrar-se, de deixar-se ver, significaria uma postura despojada de desvelamento da verdade de cada um ou se o desnudamento de si mesmo não seria uma injunção, se a exposição de si não encobriria uma certa imposição decorrente das regras que regem nosso modo de produção da verdade. Acrescentemos que a investigação que quer melhor compreender nossa época não pretende apenas situá-la pela sua diferença com o que a precede, mas também, e sobretudo, instigar mudanças que, a partir e do interior do nosso presente, possam inaugurar perspectivas outras na direção do que está por vir.

(Salma T. Muchail, A produção da verdade. Filosofia especial, n. 08, p. 7, com adaptações)

- 2 - De acordo com a argumentação do texto, o “princípio da visibilidade”(l.10)
- a) encobre diferenças entre passado e futuro.
 - b) reforça a produção de uma falsa verdade.
 - c) significa uma atitude individual e ousada.
 - d) está presente em todas sociedades.
 - e) questiona a verdade das instituições sociais.
- 3 - No desenvolvimento do texto, a função do pronome relativo QUE é,
- a) na linha 7, retomar “instituições”(l.6).
 - b) na linha 24, retomar o”(l.23).
 - c) na linha 20, retomar “imposição”(l.19).
 - d) na linha 8, retomar “todas elas”(l.8).
 - e) na linha 27, retomar “perspectivas” (l.26).

4 - Os fragmentos que constituem as opções abaixo foram adaptados de Carta Capital, de 12 de maio de 2010, p.38. Em cada uma, a segunda versão apresenta uma reelaboração em que as ideias estão associadas por meio de conectivos. Assinale a opção na qual a segunda versão não respeita as relações entre as ideias apresentadas na primeira.

- a) Companhias inteligentes estão tomando conta do trabalho realizado dentro do escritório. Os consumidores dos países em desenvolvimento estão enriquecendo mais depressa que seus colegas do Ocidente.

Companhias inteligentes estão tomando conta do trabalho realizado dentro do escritório, já que os consumidores dos países em desenvolvimento estão enriquecendo mais depressa que seus colegas do Ocidente.

- b) Esse cenário está mudando em alta velocidade. Empresas vitoriosas e vigorosas dos mercados emergentes estão entre as concorrentes ocidentais.

Esse cenário está mudando em alta velocidade, pois empresas vitoriosas e vigorosas dos mercados emergentes estão entre as concorrentes ocidentais.

- c) Até recentemente acreditava-se que a globalização era puxada pelo Ocidente e imposta sobre os demais países. Padrões em Nova York, Londres e Paris controlavam os processos de dentro de suas torres envidraçadas. Os consumidores ocidentais abocanhavam a maior parte dos benefícios.

Até recentemente acreditava-se que a globalização era puxada pelo Ocidente e imposta sobre os demais países. Padrões em Nova York, Londres e Paris controlavam os processos de dentro de suas torres envidraçadas enquanto os consumidores ocidentais abocanhavam a maior parte dos benefícios.

- d) Velhos pressupostos relativos à inovação também estão sendo revistos. A própria natureza da inovação está sendo repensada.

Velhos pressupostos relativos à inovação também estão sendo revistos e a própria natureza da inovação está sendo repensada.

- e) No ocidente, muitas vezes a inovação é associada a avanços tecnológicos na forma de produtos revolucionários. Muitas das inovações mais importantes consistem em acrescentar melhorias a produtos e processos voltados para o miolo ou para a base da pirâmide produtiva.

No ocidente, muitas vezes a inovação é associada a avanços tecnológicos na forma de produtos revolucionários, no entanto, muitas das inovações mais importantes consistem em acrescentar melhorias a produtos e processos voltados para o miolo ou para a base da pirâmide produtiva.

5 - O texto abaixo foi transcrito do Jornal do Brasil, de 28/7/2010. Assinale a opção que constitui continuação gramaticalmente correta, coesa e coerente para o trecho.

O anúncio de que os investidores estrangeiros mudaram o perfil de seus negócios no Brasil pela primeira vez em sete anos é preocupante. O país, nesse período, atravessou, com comportamento exemplar, crises de graves proporções no cenário econômico internacional. Deu-se ao luxo até de emprestar dinheiro ao Fundo Monetário Internacional como reafirmação de seu status de bom pagador e, sobretudo, de uma economia em ascensão, organizada e modernizada. Sucessivas levas de indicadores sociais reforçaram o papel de destaque no bloco dos Brics, países emergentes com grande potencial. Sendo assim, o que teria levado à fuga do capital mais interessante, que é aquele aplicado em produção e geração de riquezas?

- a) Contudo, quem já tentou instalar um escritório de uma empresa multinacional no país certamente sabe da quantidade de obrigações e exigências que enfrentam. Além da enorme burocracia desnecessária em centros de negócio como Rio e São Paulo, a carga tributária continua tornando cada dólar trazido para o Brasil caro demais.
- b) Quando as economias da Europa começaram a baquear, as primeiras a mostrarem os sintomas de doença foram justamente aquelas mais vinculadas àquele cenário econômico favorável.
- c) Só sobrevivemos ao impacto da crise iniciada com a Grécia e com a Espanha por termos um mercado interno pujante e capaz de sustentar o crescimento. Mesmo com tantos exemplos, não se pensou na possibilidade de mexer nos conceitos básicos em prol de uma maior estabilidade.
- d) O diagnóstico é claro e antigo. Ainda que tenha conseguido ganhar corpo e crescer de uma forma geral, a economia brasileira é movida não pela filosofia desenvolvimentista, mas pela filosofia monetarista. O governo trabalha com a moeda de forma a financiar seu próprio déficit.
- e) Há, ainda, a questão da supervalorização do real, que deixam os produtos brasileiros menos competitivos no mercado internacional, desestimulando investimentos em ampliação da capacidade industrial.

6 - Em relação às estruturas gramaticais do texto, assinale a opção correta.

Passada a fase aguda da crise financeira que eclodiu em setembro de 2008, o governo tomou algumas medidas para melhorar o consumo interno: desoneração tributária, maior crédito pessoal e diminuição do compulsório. Isso facilitou as compras para as pessoas físicas. Como as emergentes classes C e D estavam sendo incorporadas ao consumo, elas foram às compras com volúpia, adquirindo a chamada linha branca (geladeira, máquina de lavar roupa e micro-ondas). As viagens ao exterior (US\$ 1 bilhão em julho) também colaboraram com o endividamento familiar.

O endividamento reflete os bons resultados da economia brasileira, como a elevação do emprego formal, da massa de rendimentos e do crédito. Contudo, a intenção de consumir das famílias segue em alta, depois do Dia dos Namorados e da Copa do Mundo. Até certo ponto, isso é bom, mas todo o cuidado é pouco para evitar o rompimento da capacidade para quitar as dívidas.

(O Estado de Minas, 29/7/2010.)

- a) A palavra “volúpia”(l.9) está sendo empregada com o sentido de **prazer excessivo**.
- b) O emprego de sinal de dois pontos após “interno”(l.4) justifica-se por inserir uma citação de outro texto.
- c) A palavra “eclodiu”(l.2) está sendo empregada com o sentido de **se intensificou**.
- d) O termo “como”(l.15) confere ao período a noção de comparação entre “elevação do emprego formal” e “massa de rendimentos”.
- e) A conjunção “Contudo”(l.17) confere ao período a noção de condição.

Considere o texto abaixo para responder às questões 7 e 8.

A desigualdade persistente entre o que chamavam o primeiro e o terceiro mundo mantém com relativa vigência alguns de seus postulados. Mas ainda que as decisões e benefícios dos intercâmbios se concentrem nas burguesias das metrópoles, novos processos tornam mais complexa a assimetria: a descentralização das empresas, a simultaneidade planetária da informação e a adequação de certos saberes e imagens internacionais aos conhecimentos e hábitos de cada povo. A disseminação dos produtos simbólicos pela eletrônica e pela telemática, o uso de satélites e computadores na difusão cultural também impedem de continuar vendo os confrontos dos países periféricos como combates frontais com nações geograficamente definidas.

(Néstor G. Canclini, *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa P. Cintrão, p. 310, com adaptações)

7 - No desenvolvimento do texto, a ideia de

- a) “desigualdade persistente”(l.1) é retomada como “disseminação dos produtos simbólicos”(l.11-12).
- b) “simultaneidade planetária da informação”(l.8-9) é retomada como “uso de satélites”(l.13).
- c) “postulados”(l.3) é retomada como “novos processos”(l.6).
- d) “benefícios dos intercâmbios”(l.4-5) é retomada como “descentralização das empresas”(l.7-8).
- e) “terceiro mundo”(l.2) é retomada como “países periféricos”(l.15).

8 - Preservam-se as relações de coerência entre os argumentos e a correção gramatical do texto ao

- a) generalizar a ideia de “desigualdade persistente”(l.1), usando a flexão de plural, **As desigualdades persistentes**.
- b) inserir **aos** antes de “hábitos de cada povo”(l.11), marcando sua dependência em relação ao termo “adequação”(l.9).
- c) expressar a ideia de explicação por meio de conectivo, em vez de dois pontos, na linha 7, escrevendo: **assimetria, pois**.
- d) substituir “ainda que”(l.4) por **apesar de**, mantendo a ideia de concessão.
- e) enfatizar “o uso”(l.13), fazendo a concordância de “impedem”(l.14) com o termo mais próximo, escrevendo **impede**.

9 - Em relação ao emprego das estruturas linguísticas do texto, assinale a opção correta.

Constata-se que, desde a metade do século passado, apesar das diferentes políticas adotadas pelos governos da América Latina — com mais ou menos intervenção do Estado na economia, com mais ou menos liberdade para a ação empreendedora, com menor ou maior grau de abertura política —, a desigualdade tem sido alta, persistente e se reproduz num contexto de baixa mobilidade social. Os altos níveis de desigualdade têm sido relativamente imunes às diferentes estratégias de desenvolvimento implementadas na região desde a década de 1950. Se tudo o que se fez até agora foi, em grande medida, ineficiente e ineficaz, ainda há o que possa ser feito para alcançar resultados melhores? Ao apontar os fatores que emperram as políticas públicas destinadas a combater as desigualdades, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) indica meios para reduzir o problema. Entre os fatores estão a baixa qualidade da representação política, a debilidade das instituições, o acesso desigual aos que têm o poder de elaborar e definir políticas específicas, a corrupção e a captura do Estado por partidos ou grupos políticos. Em resumo, é preciso colocar em marcha reformas que melhorem o sistema de representação política e deem ao Estado melhores condições de responder às demandas sociais e reorientar as políticas sociais.

30 Não é pouco o que precisa ser feito. Mas pode ser feito.

(O Estado de S. Paulo, 26/7/2010, com adaptações).

- a) Não é preciso usar vírgula após “fatores”(l.16) porque a oração subsequente tem natureza restritiva.
- b) O emprego do sinal indicativo de crase em “às diferentes”(l.10) justifica-se pela regência de “desigualdade” e pela presença de artigo definindo feminino plural.
- c) O segmento “desde a metade do século passado” (l.1-2) está entre vírgulas porque se trata de oração explicativa.
- d) A substituição de “aos”(l.22) por **àqueles** prejudica a correção gramatical e as informações originais do período.
- e) Em “o que precisa ser feito”(l.30), “o” funciona como artigo definido masculino singular.

10- Assinale a opção que dá interpretação correta ao uso das estruturas linguísticas no texto abaixo.

Sem a lei, não existe civilização e sociedade organizada. Sem a universalização da obrigação de cumpri-la, não existe democracia. Repetindo um verdadeiro chavão, a democracia exige que o preceito da igualdade de todos perante a lei seja observado, seja no tocante aos direitos, seja aos deveres. Ela existe para todos e todos estão igualmente sujeitos a ela. Daí não se deduz, no entanto, que as leis sejam imutáveis. Respeitá-las não quer dizer eternizá-las. As sociedades chegam a determinadas formulações institucionais e podem alterá-las, considerando que não são mais adequadas. Nas leis fundamentais, essa mutabilidade é rara e pouco recomendável. Mas há outras em que é muito positivo que existam mecanismos que aumentem a possibilidade de mudanças e que até as encorajem.

(Marcos Coimbra, Boas e más leis. Correio Braziliense, 25 de julho de 2010, com adaptações).

- a) Na linha 6, as três ocorrências de “seja” indicam três possibilidades alternativas para se respeitar o “preceito da igualdade de todos”.
- b) A retirada da segunda ocorrência de “todos”, na linha 7, preserva a coerência entre os argumentos e a correção gramatical do texto, além de evitar a repetição do termo.
- c) O uso do modo subjuntivo em “existam”(l.15) e “aumentem”(l.16) é exigido pela estrutura sintática em que ocorrem; por isso, sua substituição pelo modo indicativo desrespeitaria as regras gramaticais.
- d) Reforça-se a ideia de possibilidade, já expressa no período sintático, ao substituir “há”(l.15) por **podem haver**, sem prejudicar a correção gramatical do texto.
- e) Como o verbo “chegam”(l.11) exige que seu complemento receba a preposição **a**, a inserção do sinal indicativo de crase em “a determinadas” (l.11) manteria a correção gramatical do texto e indicaria a presença do artigo.

11- Assinale a opção incorreta a respeito do uso das expressões verbais na organização das ideias do texto.

Nesta atual fase do desenvolvimento da modernidade, a burguesia industrial faz-se representar por fábricas globais conectadas por fios de cobre e via satélite às suas parceiras espalhadas pelos quatro cantos do mundo. De fato, as mercadorias vêm circulando em um espaço mais global, impulsionadas agora pelo advento das indústrias da telemática, traduzidas em informações. E, com o propósito de sobreviver em um mercado cada vez mais competitivo, essas nações de todo o globo fundem-se em conglomerados plurais, constituindo economias-mundo que representam as indústrias da informação, do entretenimento e outras. Em suma, também a unificação das nações contemporâneas está se dando motivada por interesses e necessidades cada vez mais capitais.

(Deise N. de C. Mesquita & Heloísa A. B. de Melo, *Sociedade global, Englishes e bilinguismo Glocal. Polifonia*, vol. 13, p. 45, com adaptações)

- a) O valor da voz passiva em “faz-se representar” (l.2-3) corresponde a **está representada**.
- b) A ideia de duração, de continuidade no tempo em “vêm circulando”(l.6) corresponde a **têm circulado**.
- c) A forma de gerúndio em “constituindo”(l.12) estabelece relações entre os termos da oração que correspondem a **são constituídas por**.
- d) Como o pronome em “fundem-se em”(l.11) refere-se a “nações”(l.11), sua presença é obrigatória para constituir a voz reflexiva.
- e) Por se referir a “nações”(l.11), o verbo “sobreviver”(l.9) admite ser flexionado no plural: **sobreviverem**.

12- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto.

De todo navio que aporta no país são exigidos, em média, 112 documentos, com 1 obrigatoriedade de serem fornecidas 935 informações. É um calhamaço de formulários com diversas vias 2 serem remetidas 3 órgãos diferentes e em duplicidade. Apenas no porto de Santos, o maior do país, 4 burocracia exige, por ano, o preenchimento de 3.773.800 folhas, 17,4 toneladas de papel, segundo estimativa do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Por ser de navio que qualquer país faz 5 maior parte das exportações e importações, conclui-se que 6 burocracia é poderoso entrave ao comércio exterior brasileiro.

(O Globo, 27/7/2010, com adaptações)

	1	2	3	4	5	6
a)	à	a	à	à	a	a
b)	a	à	a	à	à	a
c)	à	à	a	a	à	a
d)	a	a	à	à	a	à
e)	a	a	a	a	a	a

13- O tema da diversidade cultural vem suscitando um interesse notável desde o início deste século e suas interpretações têm sido variadas e mutáveis. Para alguns, a diversidade cultural é intrinsecamente positiva (1) que se refere a um intercâmbio inerente (2) cultura do mundo e, assim, aos vínculos que nos unem nos processos de diálogo e troca. Para outros, as diferenças culturais fazem-nos perder de vista o que temos em comum na condição de seres humanos, (3), assim, a raiz de numerosos conflitos. O segundo diagnóstico parece hoje mais crível, uma vez que a globalização aumentou os pontos de interação e fricção entre as culturas, originando tensões, fraturas e reivindicações relativas à identidade, particularmente a religiosa, que (4) em fontes potenciais de conflito. Por conseguinte, o desafio fundamental consistiria em propor uma perspectiva coerente da diversidade cultural e, portanto, esclarecer que, longe de ser uma ameaça, a diversidade pode ser benéfica para a ação da comunidade internacional.

(Planeta, agosto, 2010, com adaptações)

Assinale a opção que, na sequência, preenche corretamente as lacunas do texto.

	1	2	3	4
a)	à medida	em cada	constituindo	converte-se
b)	na medida a	à cada	e constitui	se converte
c)	à medida em	a cada	constituindo-se	se converte
d)	na medida em	a cada	constituindo	se convertem
e)	a medida em	à cada	e constitui	convertem-se

14- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto.

Reunidos na sede da instituição, em Basileia, presidentes de vinte e seis 1 mais importantes bancos centrais (BCs) concordaram 2 propor seis medidas 3 aumentar a segurança das operações financeiras, proteger os consumidores 4 diminuir o risco de quebras em série nos mercados. A Europa e a América do Norte mal começaram a sair da crise deflagrada pelo estouro da última grande bolha de crédito. Economias com melhor desempenho, 5 as emergentes, ainda sofrem no comércio internacional os efeitos da recessão e da insegurança nos mercados mais desenvolvidos. Mas a recuperação global já deverá estar bem mais avançada 6 o sistema bancário começar a ajustar-se para valer.

(O Estado de S. Paulo, 28/7/2010)

	1	2	3	4	5	6
a)	de	de	em	como	seja	se
b)	dos	em	para	e	como	quando
c)	em	a	ao	em	tal como	para
d)	cujos	por	de	para	ou	caso
e)	nos	ao	que	de	e	cujo

15- Assinale a opção que corresponde a erro gramatical na transcrição do texto abaixo.

A socialização global depende da veiculação e adoção de símbolos nacionais e internacionais, ou seja, de objetos que possam ser(1) reconhecidos e aceitos(2) por todas as culturas mundiais; e é a modernização técnico-científica destas sociedades, cristalizada em mercadorias palatáveis, o que supostamente vai garantir(3) a inserção do sujeito local em uma realidade universal. Em outros termos, a fim de serem considerados(4) efetivos cidadãos globais, estes indivíduos devem ser capazes de produzir e se consumirem(5) os símbolos culturais globais que se coisificam em alimentos, roupas, calçados, brinquedos, instrumentos de trabalho, de lazer e outros.

(Deise N. de C. Mesquita & Heloísa A. B. de Melo, Sociedade global, Englishes e bilinguismo Glocal. Polifonia, vol. 13, p. 50, com adaptações)

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

16- Assinale a opção que corresponde a erro gramatical inserido no texto.

Queiram governantes ou não, há temas que se impõe(1) às agendas dos países, sob o risco de haver crises abissais(2). Por exemplo, se não forem feitos ajustes periódicos nas regras previdenciárias, para adaptá-las(3) ao novo perfil demográfico da população, cuja tendência é o envelhecimento, as contas públicas serão tragadas por aposentadorias e pensões. A regra vale para o mundo, não se trata(4) de algum peculiar desvio de caráter deste ou daquele governo. Reformas como esta são politicamente difíceis, e por isso (5) costumam ser feitas em momentos especiais, nas crises ou quando chega ao poder alguém com visão de prazo mais longo e disposto a arriscar a popularidade em troca do lançamento de bases mais sólidas para o país.

(O Globo, 27/7/2010, com adaptações)

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

17- Os trechos abaixo constituem um texto adaptado de O Estado de S. Paulo, de 26/7/2010. Assinale a opção em que o trecho foi transcrito de forma gramaticalmente correta.

- a) O que torna a questão muito mais grave é o fato de que, nas últimas décadas, as várias ações colocadas em práticas pelos diferentes governos, sob diferentes regimes políticos, não conseguiram evitar que os problemas da desigualdade e da pobreza se repetissem de uma geração para a outra.
- b) Apesar das melhoras dos últimos anos, o Brasil, na comparação com os demais países, têm a terceira pior situação do mundo.
- c) Um dos aspectos mais dramáticos do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sobre o nível de desenvolvimento humano dos países da América Latina não é a confirmação de que, quanto à distribuição da renda, a região continua sendo à mais desigual do planeta.
- d) Imperam na região uma espécie de lei social perversa, por meio da qual, como diz o documento do Pnud: “a desigualdade reproduz desigualdade, tanto por razões econômicas como de economia política, e gera um acesso desigual ao sistema de representação política e à possibilidade de se fazer ouvir”.
- e) Os níveis de escolaridade ou de renda de uma geração está correlacionado com o da geração anterior. É como se filho de pai pobre já nascessem condenados a viver na mesma situação de seus ascendentes.

18- Assinale a opção em que, ao ser transcrito, o fragmento do texto adaptado da Revista Veja, de 21 de julho, 2010, desrespeitou a gramática da norma culta.

- a) Com boa argumentação e dados fartos, alguns autores se dedicam a definir quais fatores não servem como explicação para o discompasso no continente: o determinismo geográfico não sustenta-se; um suposto sistema de dependência comercial, em relação aos Estados Unidos, também é descartado, e o atraso atribuído ao catolicismo, em princípio pouco propenso a absorver a benéfica combinação entre fatores capitalistas e democráticos é refutado.
- b) A pergunta já mereceu a atenção de estudiosos de todos os matizes ideológicos e, na maioria das vezes, levou a respostas esquemáticas, mágicas. Mas houve, sim, um aspecto cultural que ajudou a definir os desempenhos díspares de Estados Unidos e América Latina.

- c) Nas ciências políticas e econômicas, há um enigma que, se decifrado, poderia resultar na fórmula definitiva para o sucesso das nações: por que a América Latina não prosperou como os Estados Unidos?
- d) No ensaio *Bandeirantes e Pioneiros*, o escritor Vianna Moog demonstrou que os colonos ibéricos estavam mais interessados no extrativismo ou na escravização dos índios, enquanto os ingleses tinham um apego maior à nova terra, que eram obrigados a cultivar por conta própria. Isso deu origem, nos Estados Unidos, a direitos de propriedade e estruturas de governo mais sólidas do que no resto do continente.
- e) Essa cultura política pode ter sido a base para os três fatores que, mais tarde, definiram o sucesso americano: instituições formais (leis, sistema político) e informais (disposição da população de respeitar as leis); decisões políticas adequadas ao florescimento capitalista; e estrutura social mais igualitária. Da ausência desses elementos nasceu o paradoxo latino-americano.

19- Os trechos a seguir constituem um texto adaptado de O Estado de S. Paulo, de 29/7/2010. Assinale a opção em que na transcrição do trecho foram inseridos erros gramaticais.

- a) Existem diversos meios para avaliar a situação do setor industrial: analisar a evolução do volume da produção, verificar a utilização da capacidade de produção (UCI), avaliar os estoques. Nos três casos, relatório da Conferência Nacional da Indústria (CNI) mostra resultados positivos.
- b) É interessante apontar quais são os principais problemas que a indústria enfrenta: em primeiro lugar, é a elevada carga tributária, e, em segundo lugar, a competição acirrada que tem origem na importação. A falta de trabalhadores qualificados é a terceira preocupação dos empresários, que continuam otimistas para os próximos meses.
- c) É importante verificar que a indústria continua a considerar que as perspectivas são favoráveis, tanto para a demanda doméstica, que todas as decisões dos últimos meses fazem prever como crescentes, quanto para as exportações.

- d) A indústria está se preparando para responder à demanda criada pelos investimentos públicos, embora se mostre prudente no que se refere à possibilidade de serem todos realizados como planejado.
- e) O crescimento da produção física constatam-se em todos os setores. Apenas se notam que as pequenas empresas enfrentam maiores dificuldades e que o crescimento é mais concentrado do que no primeiro trimestre, quando foi generalizado. Isso tem, certamente, algo que ver com o aumento da importação de componentes.

20- Em relação à pontuação do texto, assinale a opção correta.

O Brasil voltou a registrar déficits elevados nas transações correntes com o exterior, que contabilizam o movimento de mercadorias, rendas e serviços, entre os quais remessa de lucros e dividendos, o pagamento e recebimento de juros, o turismo, os fretes, os seguros, os aluguéis de equipamentos, os royalties pelo uso de marcas e patentes, os direitos autorais etc. No passado, esse déficit provocaria grande apreensão entre os agentes econômicos. Agora, a divulgação desses dados sequer mexeu com as cotações no mercado de câmbio. A razão para essa mudança de comportamento dos mercados está na capacidade de a economia brasileira honrar seus compromissos no curto, médio e longo prazos.

(O Globo, Editorial, 29/7/2010.)

- a) A vírgula após “exterior”(l.2) justifica-se por isolar expressão que indica circunstância.
- b) O emprego de vírgulas após “No passado”(l.8) e “Agora”(l.10) tem a mesma justificativa gramatical.
- c) As vírgulas após “fretes”(l.6), “seguros”(l.6) “aluguéis de equipamentos”(l.6-7) isolam expressões apositivas.
- d) O emprego de vírgulas após “mercadorias”(l.3), “juros”(l.5), “turismo”(l.6) tem justificativas gramaticais diferentes.
- e) A vírgula após “curto”(l.15) justifica-se por isolar expressão explicativa subsequente.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

21- A partir da lei de formação da sequência 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, ..., calcule o valor mais próximo do quociente entre o 11º e o 10º termo.

- a) 1,732
b) 1,667
c) 1,618
d) 1,414
e) 1,5

22- Qual das proposições abaixo tem a mesma tabela verdade que a proposição: “ Se $|a| < 3$, então $b \leq 4$ ”, onde a e b são números reais?

- a) $b \leq 4$ e $|a| < 3$.
b) $b > 4$ ou $|a| < 3$.
c) $b > 4$ e $|a| < 3$.
d) $b \leq 4$ ou $|a| < 3$.
e) $b \leq 4$ ou $|a| \geq 3$.

23- Em uma determinada cidade, 25% dos automóveis são da marca **A** e 50% dos automóveis são da marca **B**. Ademais, 30% dos automóveis da marca **A** são pretos e 20% dos automóveis da marca **B** também são pretos. Dado que só existem automóveis pretos da marca **A** e da marca **B**, qual a percentagem de carros nesta cidade que são pretos?

- a) 17,5%
b) 23,33%
c) 7,5%
d) 22,75%
e) 50%

24- O segmento de reta ab tem comprimento $c(a,b)=1$. Um ponto x divide o segmento em duas partes ax e xb com comprimentos $c(a,x)$ e $c(x,b)$, respectivamente, onde $0 < c(a,x) < c(x,b) < 1$ e tais que $c(a,x)/c(x,b) = c(x,b)$. Obtenha o valor mais próximo de $c(x,b)$.

- a) 0,5667
b) 0,618
c) 0,667
d) 0,707
e) 0,75

25- Considere a função real de variável real

$f(t) = e^{\lambda t}$, onde $\lambda > 0$, e a função real de variável real $g(t) = (1+r)^t$, onde $r > 0$. Fazendo $f(t)=g(t)$, qual a relação decorrente entre r e λ ?

- a) $r = \lambda/4$.
- b) $r = \sqrt{\lambda}$.
- c) $r = \lambda$.
- d) $r = \log \lambda$.
- e) $r = e^\lambda - 1$.

26- Um modelo para o comportamento do estoque de minério em uma jazida a ser explorada ao longo do tempo é o de uma função real de variável real $f(t)=(1-r)^t$ com uma taxa de decréscimo $r = 20\%$ ao ano. Assim, ao fim de quatro anos de exploração da jazida, segundo este modelo, qual seria o valor mais próximo do estoque de minério remanescente, como porcentagem do estoque inicial?

- a) 41%
- b) 51%
- c) 20%
- d) 35%
- e) 64%

27- Um equipamento no valor D vai ser depreciado em n períodos, ocorrendo a primeira depreciação no fim do primeiro período, a segunda depreciação no fim do segundo período e assim por diante. Plotando-se no eixo vertical de um gráfico bidimensional os valores de D_k , onde D_k é o valor remanescente do equipamento após a k -ésima depreciação, com $k = 1, 2, \dots, n$, os pontos (k, D_k) estarão sobre a reta que passa pelos pontos $(0, D)$ e $(n, 0)$. Supondo $n=10$ e $D = R\$ 50.000,00$, qual o valor remanescente do equipamento após a sétima depreciação?

- a) R\$ 12.500,00
- b) R\$ 15.000,00
- c) R\$ 10.000,00
- d) R\$ 17.500,00
- e) R\$ 20.000,00

28- Um quadrado possui um círculo circunscrito e um círculo inscrito. Qual a razão entre a área do círculo circunscrito e a área do círculo inscrito?

- a) $\sqrt{2}$
- b) $2\sqrt{2}$
- c) 2
- d) 4
- e) 1

29- O PIB de um país que entrou em recessão no fim de 2008 tinha crescido 10% no primeiro trimestre de 2008, 5% no segundo trimestre, tinha ficado estável no terceiro trimestre e tinha caído 10% no último trimestre daquele ano. Calcule a taxa de crescimento do PIB desse País, em 2008.

- a) 1,25%.
- b) 5%.
- c) 4,58%.
- d) 3,95%.
- e) -5%.

30- Dois trabalhadores, trabalhando 8 horas por dia cada um, durante 15 dias, colhem juntos 60 sacos de arroz. Três outros trabalhadores, trabalhando 10 horas por dia cada um, colhem juntos 75 sacos de arroz em 10 dias. Em média, quanto um trabalhador do primeiro grupo é mais ou menos produtivo que um trabalhador do segundo grupo?

- a) O trabalhador do primeiro grupo é 10% menos produtivo.
- b) O trabalhador do primeiro grupo é 10% mais produtivo.
- c) O trabalhador do primeiro grupo é 25% mais produtivo.
- d) As produtividades dos trabalhadores dos dois grupos é a mesma.
- e) O trabalhador do primeiro grupo é 25% menos produtivo.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

31- São periféricos de um computador:

- a) *software* de controle de disco rígido e de disco flexível, *firewall*, placa de *fax/modem*.
- b) *driver* de disco rígido, sistema operacional, placa-mãe.
- c) *driver* de processador de texto, *driver* de disco flexível, memória ROM.
- d) *driver* de disco rígido, *driver* de disco flexível, placa de *fax/modem*.
- e) *driver* de memória principal, *driver* da placa-mãe, *software* de *fax/modem*.

32- No *Windows*, o Bloco de Notas

- a) serve para transformar arquivos de imagens com extensão *.meg* para formato *.bmp*.
- b) serve para criar ou editar arquivos de texto que não exijam formatação.
- c) serve para compactação automática de arquivos de texto, segundo formatação *Singlepoint*, que ocupem pelo menos 64KB.
- d) serve para criar e compilar programas que não ultrapassem 64KB.
- e) possui mais possibilidades de formatação em blocos do que o processador de texto *Word*.

33- Um Sistema de Informações é

- a) um grupo de computadores conectados por um sistema de transmissão de informações utilizando o mesmo sistema operacional.
- b) o fornecimento de informações para satisfazer demandas pessoais dos empregados de uma organização de forma sistematizada.
- c) um conjunto de equipamentos com regras e procedimentos específicos, dentro de uma organização.
- d) um conjunto de programas para gerenciar os dispositivos de *hardware* utilizados pelas pessoas de uma organização.
- e) um conjunto de regras e procedimentos para o fornecimento de informações precisas e oportunas às pessoas de uma organização.

34- Em relação aos conceitos e recursos de internet, é correto afirmar que

- a) cada *Website* possui um endereço eletrônico, conhecido como URL (*Uniform Resource Location*).
- b) cada *Website* possui um código de acesso, conhecido como URL (*Uniform Resource Location*).
- c) cada *Web* possui um *login*, conhecido como LLU (*Layer Log Unit*).
- d) cada *Website* possui um endereço eletrônico, conhecido como MRL (*Magnetic Range Location*).
- e) cada *Website* possui um endereço eletrônico, conhecido como SQL (*Standard Query Location*).

35- No Excel,

- a) sinal de porcentagem(%) e vírgula(,) são operadores lógicos.
- b) sinal de maior que(>) é operador de transformação.
- c) sinal de porcentagem(%) e acento circunflexo(^) são operadores aritméticos.
- d) dois pontos(:) é operador aritmético.
- e) sinal de igual a(=) é operador de concatenação.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

36- Não é hipótese de extinção do ato administrativo:

- a) a revogação.
- b) a renúncia.
- c) a cassação.
- d) a caducidade.
- e) a convalidação.

37- Não é considerada entidade da Administração Pública Indireta:

- a) a autarquia.
- b) a sociedade de economia mista.
- c) o órgão público.
- d) a fundação pública.
- e) a empresa pública.

38- Em relação à estabilidade do servidor público e conforme as disposições da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) São estáveis, após um ano de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público estável, ele será reintegrado.
- c) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor público estável não ficará em disponibilidade.
- d) O servidor público estável pode perder seu cargo mediante decisão judicial liminar.
- e) Não é cabível a perda do cargo do servidor público estável mediante processo administrativo.

39- Entre os deveres do servidor público do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, conforme a Lei Municipal 94, de 1979, não consta:

- a) a obediência irrestrita às ordens superiores.
- b) a observância das normas legais e complementares.
- c) a submissão à inspeção médica determinada pela autoridade competente.
- d) o zelo pela economia e conservação do material que lhe for confiado.
- e) o pronto atendimento às requisições para defesa da fazenda pública.

40- Sobre o Poder de Polícia, assinale a opção correta.

- a) A Administração poderá implantar preço público em razão do exercício do Poder de Polícia.
- b) Todas as pessoas federativas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) possuem, em tese, atribuição para exercer o Poder de Polícia, a ser realizado, entretanto, nos limites das suas respectivas competências.
- c) Todos os atos de Poder de Polícia autorizam a imediata execução pela Administração, sem necessidade de autorização de outro Poder, em face do atributo da auto-executoriedade.
- d) Inexiste, no Ordenamento Jurídico Pátrio, conceito expresso de Poder de Polícia.
- e) Não há distinção entre Polícia Administrativa e Polícia Judiciária.

41- O Estatuto do Funcionário Público do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, disciplinado pela Lei Municipal 94, de 1979 e ulteriores alterações, sintetiza os direitos e deveres dos servidores do aludido Poder. Entre as matérias ali contidas, estão as disposições pertinentes às licenças do referido agente público. Firmada tal consideração, assinale a opção incorreta no tocante a tal espécie de prerrogativa do funcionário público.

- a) O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como de licença, desde que não fique caracterizada a simulação.
- b) A licença para tratamento de saúde poderá ser concedida de ofício pela Administração.
- c) Ao funcionário público poderá ser concedida licença por motivo de doença de pessoa da família.
- d) Apenas o funcionário público estável tem direito à licença para trato de assuntos particulares.
- e) Quando licenciado para tratamento de saúde, o funcionário público perceberá oitenta por cento do seu vencimento.

42- Não é hipótese de dispensa de licitação prevista legalmente:

- a) contratação de instituição estrangeira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
- b) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- c) caso de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade.
- d) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

e) aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

43- No que concerne à revogação e anulação da licitação, assinale a opção correta.

- a) A autoridade competente só poderá revogar a licitação mediante decisão fundamentada, embasada em razões de interesse público decorrentes de fatos que possam ter ocorrido antes mesmo do certame licitatório.
- b) Somente a autoridade judiciária é competente para revogar a licitação.
- c) No caso de desfazimento do processo licitatório, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- d) Não há a possibilidade de a anulação do certame licitatório ocorrer de ofício, por parte da Administração, devendo haver sempre representação de particular.
- e) A nulidade da licitação não induz à nulidade do contrato.

44- Referente ao procedimento da modalidade licitatória concorrência, assinale a opção incorreta.

- a) Os envelopes dos licitantes contendo a documentação relativa às suas propostas, uma vez apresentados, não serão mais devolvidos pela comissão da licitação.
- b) A fase de habilitação é anterior à fase de julgamento.
- c) A impugnação ao edital feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do procedimento licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- d) É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada, contudo, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- e) Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

45- Referente aos contratos administrativos, assinale a opção incorreta.

- a) É motivo de rescisão contratual a subcontratação parcial do objeto do ajuste, desde que não admitida no edital e no contrato.
- b) Considera-se condição de eficácia do contrato administrativo a publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- c) A Lei 8.666, de 1993, mitigou a lição tradicional de óbice à “Exceção de Contrato não Cumprido”, por parte do particular, quando houver inadimplemento da Administração, prevendo hipótese de rescisão contratual em face do atraso de pagamento pelo Poder Público.
- d) É vedada a realização, pela Administração, de contratação verbal, de sorte que todo ajuste pressupõe formalização mediante termo de contrato.
- e) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização do ajuste por agente da Administração.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

46- Sobre os princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar:

- a) que é fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa estrangeira.
- b) que a República Federativa do Brasil está configurada pela união indissolúvel dos Municípios e do Distrito Federal.
- c) que são poderes da União, respectivamente subordinados entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- d) que é fundamento regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil a soberania.
- e) que são fundamentos da República Federativa do Brasil os valores econômicos do trabalho escravo e da livre iniciativa.

47- Dentro dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e particularmente sobre aqueles que regem as relações internacionais da República, é incorreto afirmar que é um desses princípios a(o):

- a) independência nacional.
- b) prevalência dos direitos humanos.
- c) repúdio à concessão de asilo político.
- d) solução pacífica dos conflitos.
- e) igualdade entre os Estados.

48- No âmbito dos direitos fundamentais individuais é incorreto afirmar:

- a) que ninguém será obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- b) que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações, salvo, em último caso, por ordem de autoridade judicial ou administrativa competente, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer.
- c) que a casa é asilo inviolável do indivíduo, podendo contudo nela se penetrar sem consentimento do morador, durante o dia ou a noite, em caso de flagrante delito.
- d) que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.
- e) que é livre o exercício de qualquer profissão, atendidas as qualificações estabelecidas pela lei.

49- Sobre os direitos fundamentais individuais e coletivos referidos à associação, é correto afirmar:

- a) que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- b) que as entidades associativas, quando expressamente autorizadas pelo Poder Executivo municipal, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- c) que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou administrativa, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- d) que os civilmente incapazes poderão ser compelidos a associar-se ou a permanecer associados.
- e) que a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

50- Sobre os direitos fundamentais individuais e coletivos referidos ao direito de propriedade, é correto afirmar:

- a) que o direito de propriedade é garantido sempre que a propriedade atenda a sua função de valor imobiliário.
- b) que a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- c) que no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, dispensada indenização posterior.
- d) que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante posterior compensação tributária do valor devido ao proprietário.
- e) que é garantido o direito de legado e, nos limites da lei, o direito de herança.

51- Sobre os direitos fundamentais individuais e coletivos referidos ao acesso à informação, é correto afirmar:

- a) que todos têm direito a receber dos órgãos públicos e das entidades privadas informações de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.
- b) que todos têm direito a receber dos órgãos públicos e dos registros e bancos de dados de entidades de caráter público informações de seu interesse particular, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade, do Estado e à inviolabilidade da própria intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.
- c) que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade, do Estado e à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.
- d) que os agentes públicos têm direito a receber das entidades de caráter público informações de seu interesse particular, que serão prestadas no prazo fixado em regulamento executivo.
- e) que todos têm direito a receber das entidades de caráter público informações de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas, quando autorizado pelo Poder Executivo competente, no prazo da lei, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade.

52- Sobre os direitos fundamentais individuais e coletivos referidos ao acesso à jurisdição e às garantias processuais, é incorreto afirmar:

- a) que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- b) que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, mas a própria constituição pode fazê-lo.
- c) que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- d) que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, mas pode condicionar tal acesso ao prévio esgotamento das instâncias administrativas.
- e) que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

53- Sobre a repartição constitucional de bens e de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, é incorreto afirmar:

- a) que são bens da União os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, incluindo os recursos minerais inclusive os do subsolo.
- b) que compete privativamente à União legislar sobre organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública.
- c) que compete exclusivamente à União editar normas gerais nacionais que disponham sobre legislação tributária.
- d) que compete exclusivamente à União emitir moeda.
- e) que é competência comum da União e dos demais entes da federação promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

54- Ainda sobre a repartição constitucional de bens e de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, é correto afirmar:

- a) que é competência comum dos Estados e do Distrito Federal, mas não explicitamente dos Municípios, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.
- b) que compete aos Estados legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a instituição e arrecadação dos tributos de sua competência e de competência municipal.
- c) que no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas especificamente para si.
- d) que os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observado o disposto na legislação federal.
- e) que é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre direito tributário.

55- Sobre as disposições constitucionais em torno da Administração Pública, é incorreto afirmar:

- a) que durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira, ressalvada apenas a prioridade em favor dos portadores de deficiência ou doença grave.
- b) que a investidura em cargos ou emprego públicos, que são acessíveis aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei assim como aos estrangeiros na forma da lei, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) que são princípios constitucionais gerais da Administração Pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.
- d) que é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- e) que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

56- O conceito de tributo, nos termos do Código Tributário Nacional, traz as seguintes conclusões, exceto:

- a) o poder de tributar é prerrogativa do Poder Público, que o faz para custear suas ações no interesse da sociedade.
- b) não constituindo sanção por ato ilícito, pouco importa para a legislação do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços, por exemplo, a origem lícita ou ilícita de determinadas mercadorias, desde que reste configurada a hipótese de incidência do referido tributo, qual seja, a circulação dessas mercadorias, para que possa ele ser exigido.
- c) nem toda prestação pecuniária prevista em lei constitui tributo, mas somente aquelas que reúnam o conjunto dos requisitos previstos na definição de tributo, consoante o Código Tributário Nacional.
- d) o Estado exige os tributos compulsoriamente das pessoas, portanto, a obrigação de pagar tributos não decorre da vontade do contribuinte, sendo esta, aliás, irrelevante nessa matéria.
- e) embora sendo uma obrigação de direito público, absolutamente indisponível por parte da administração, admite-se, desde que haja a respectiva previsão legal, a delegação dessa obrigação a outras pessoas jurídicas, como empresas públicas e sociedades de economia mista.

57- A Constituição Federal permite aos municípios a instituição e a cobrança, na forma das respectivas leis, de tributo destinado ao custeio do serviço de iluminação pública. Sobre este, é correto afirmar que:

- a) os municípios somente poderão instituir tal tributo sob a forma de contribuição, que observará as garantias da anterioridade e da legalidade.
- b) sua instituição deverá ser feita por meio de lei municipal, sem, contudo, a necessidade da observância do princípio da anterioridade.
- c) em face de sua finalidade específica, que é o custeio do serviço de iluminação pública, sua natureza jurídica será de taxa.
- d) a lei municipal que criar o referido tributo poderá delegar ao Prefeito, por meio de decreto, a competência para a fixação de critérios para o seu cálculo, tais como suas alíquotas e base de cálculo.

e) O referido tributo será, obrigatoriamente, cobrado na fatura de consumo de energia elétrica do contribuinte.

58- Sobre o ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, julgue os itens a seguir:

- I. não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
- II. não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão, ou extinção de pessoa jurídica, salvo se nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
- III. terá suas alíquotas máximas e mínimas fixadas em lei complementar;
- IV. caberá à lei complementar excluir de sua incidência exportações de serviços para o exterior.

Estão corretos:

- a) apenas os itens I, III e IV.
- b) apenas os itens I e IV.
- c) todos os itens estão corretos.
- d) apenas os itens II e IV.
- e) apenas os itens III e IV.

59- Analisando os institutos da imunidade e da isenção, julgue os itens a seguir:

- I. a isenção é uma limitação legal do âmbito de validade da norma jurídica tributária, que impede que o tributo nasça ou faz com que surja de modo mitigado (isenção parcial);
- II. a imunidade é o obstáculo criado por uma norma da Constituição que impede a incidência de lei ordinária de tributação sobre determinado fato, ou em detrimento de determinada pessoa, ou categoria de pessoas;
- III. ambos os institutos, imunidade e isenção, levam ao mesmo resultado: o não pagamento de tributo. Porém, os meios pelos quais isso ocorre são totalmente diferentes. A imunidade dá-se por meio da Constituição, a isenção por meio de lei (ordinária ou complementar);
- IV. a violação de dispositivo que contém isenção importa em ilegalidade e não em inconstitucionalidade;

V. é incorreto afirmar-se que a imunidade é uma forma qualificada de não incidência.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, IV e V.
- d) I, II e IV.
- e) III, IV e V.

60- As taxas, no direito tributário, são espécies tributárias que decorrem, entre outros fatos geradores, do exercício regular do poder de polícia. Sobre estes, julgue os itens a seguir:

- I. entende-se por regular o poder de polícia quando desempenhado por órgão competente, nos limites da lei, observando devido processo legal, e exercida sem desvio ou excesso de poder;
- II. a exigência da taxa em decorrência do exercício do poder de polícia não mais exige a concreta fiscalização por parte dos órgãos competentes, ou seja, a simples regulação de certas atividades por meio de atos normativos também caracteriza o exercício desse poder;
- III. a atuação fiscalizadora do Estado, em rigor, visa ao interesse da coletividade e não ao do contribuinte da taxa, isoladamente. É este, porém, que provoca a atuação do Estado, sendo isso que justifica a imposição da taxa;
- IV. exercendo o poder de polícia, o Estado impõe restrições aos interesses individuais em favor do interesse público, conciliando esses interesses.

Estão corretos:

- a) apenas os itens I e III.
- b) apenas os itens I, III e IV.
- c) todos os itens estão corretos.
- d) apenas os itens III e IV.
- e) apenas os itens II, III e IV.

61- Em relação ao fato gerador da obrigação tributária, é incorreto afirmar que:

- a) fato gerador instantâneo é aquele que se realiza em um único ato ou contrato ou operação realizada que, uma vez realizada no mundo real, implica a realização de um fato gerador. Repete-se tantas vezes quantas essas situações materiais se repetirem no tempo.
- b) no fato gerador continuado, sua realização se dá de forma duradoura, podendo manter-se estável ao longo do tempo; nele, a matéria tributável tende a permanecer, existindo hoje e amanhã.
- c) fato gerador periódico é aquele cuja realização se põe ao longo de um espaço de tempo; não ocorre hoje ou amanhã, mas sim durante um longo período de tempo, ao término do qual se valorizam diversos fatos isolados que, somados, aperfeiçoam o fato gerador do tributo.
- d) fato gerador é qualquer manifestação positiva e concreta da capacidade econômica das pessoas, observada pelo legislador tributário, que a ele atribui qualidade bastante para provocar o nascimento da obrigação tributária principal, quando se verificar, na prática, a sua ocorrência.
- e) no plano de uma classificação dos fatos jurídicos, o fato gerador, após a incidência, pode ser classificado como sendo um negócio jurídico.

62- Sobre os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, assinale a opção incorreta.

- a) O sujeito ativo será a pessoa jurídica de direito público, titular do direito subjetivo de exigir a prestação pecuniária (tributo ou penalidade).
- b) A pessoa jurídica de direito público que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se, necessariamente, nos direitos dessa, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.
- c) A pessoa natural ou jurídica, privada ou pública, de quem se exige o cumprimento da prestação pecuniária (tributo ou penalidade) denomina-se sujeito passivo.
- d) Compõem a obrigação tributária, nascida com a ocorrência do fato gerador, um sujeito ativo e um sujeito passivo.
- e) Segundo o Código Tributário Nacional, existem dois tipos de sujeito passivo da obrigação tributária principal: o contribuinte, também conhecido como sujeito passivo direto, e o responsável, também chamado de sujeito passivo indireto.

63- De acordo com a Constituição Federal, compete aos municípios instituir tributos sobre:

- a) a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.
- b) a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens imóveis ou direitos a eles relativos, situados em seu território.
- c) operações relativas a prestações de serviços de transporte intermunicipal.
- d) a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- e) a propriedade territorial rural.

64- Sobre o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana no Município do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir:

- I. o fato que faz nascer a obrigação de pagar o IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse, no primeiro dia do ano, de bem imóvel, edificado ou não, localizado na zona urbana do Município;
- II. contribuinte do IPTU é o proprietário de imóvel, o titular de seu domínio útil, o possuidor a qualquer título, os promitentes compradores imitados na posse, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios, ou a quaisquer outras pessoas jurídicas de direito público isentas do imposto ou a ele imunes;
- III. os imóveis localizados no Município do Rio de Janeiro, ainda que isentos ou não sujeitos à incidência do imposto, são obrigados à inscrição no Sistema de Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda;
- IV. a base de cálculo do IPTU é o valor venal da unidade imobiliária, assim entendido o valor que esta alcançaria para compra e venda à vista, segundo as condições do mercado.

Estão corretos:

- a) apenas os itens I e III.
- b) apenas os itens I, III e IV.
- c) todos os itens estão corretos.
- d) apenas os itens III e IV.
- e) apenas os itens I, II e III.

65- Sobre a fiscalização dos tributos do Município do Rio de Janeiro, é incorreto afirmar que:

- a) a Secretaria Municipal de Fazenda poderá suspender o curso da ação fiscal em cujo exercício da fiscalização seja verificada a ocorrência ou o indício de infração à legislação tributária, decorrente do descumprimento quer da obrigação principal, quer da obrigação acessória, por meio de despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda.
- b) a fiscalização dos tributos compete à Secretaria Municipal de Fazenda e será exercida sobre todas as pessoas físicas ou jurídicas que estiverem obrigadas ao cumprimento das disposições da legislação tributária.
- c) as microempresas e empresas de pequeno porte, como tais definidas em lei, receberão tratamento jurídico diferenciado, sendo-lhes assegurados, entre outros, o direito de fiscalização tributária com caráter de orientação, exceto nos casos de reincidência ou de comprovada intencionalidade ou sonegação fiscal.
- d) é vedado à autoridade de qualquer hierarquia paralisar, impedir, obstruir ou inibir a fiscalização efetuada pelos fiscais da Secretaria Municipal de Fazenda, no exercício de sua competência.
- e) os Fiscais Municipais, mediante intimação escrita, poderão solicitar aos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofícios informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

66- Sobre os atos de competência das autoridades municipais do Estado do Rio de Janeiro, assinale a assertiva correta, de acordo com o Decreto n. 2.477, de 25 de janeiro de 1980.

- a) Os presidentes dos órgãos de deliberação coletiva, de natureza não consultiva, quando competentes para a prática de atos administrativos, expedirão portaria.
- b) A resolução é ato de competência privativa dos órgãos de deliberação coletiva.
- c) O decreto é ato de competência do Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito, com possibilidade de avocação pelo Prefeito.
- d) A deliberação é ato de competência privativa dos secretários municipais.
- e) Quando tratar de assunto pertinente à área de competência de mais de uma secretaria municipal ou de uma ou mais secretarias e o Gabinete do Prefeito ou outro órgão diretamente subordinado ao Prefeito, a resolução será de competência privativa do Prefeito.

67- Associe os atos a seguir elencados às respectivas definições, nos moldes do Decreto n. 2.477, de 25 de janeiro de 1980. Em seguida, assinale a opção correspondente.

1. Juntada
2. Anexação
3. Apensação

() É o ato pelo qual se insere em um processo, definitivamente, peça que, por sua natureza, dele deve fazer parte integrante.

() É o ato pelo qual se reúnem um ou mais processos a outro.

() É o ato pelo qual se inserem em processo documento que, por sua natureza, dele não deva fazer parte integrante, mas que seja necessário a seu estudo e apreciação.

a) 3, 1, 2

b) 1, 2, 3

c) 2, 3, 1

d) 2, 1, 3

e) 1, 3, 2

68- Analise os itens a seguir e marque com **V** se a assertiva for verdadeira e com **F** se for falsa, de acordo com o que preceitua o Decreto n. 2.477, de 25 de janeiro de 1980. Ao final, assinale a opção correspondente.

() Devem ser evitados os espaços em branco em informações, pronunciamentos e despachos exarados em processo administrativo.

() A assinatura aposta por servidores em processo será identificada datilograficamente ou mediante carimbo, com nome, cargo e matrícula do signatário, admitindo-se a menção em letra de imprensa.

() Será atendida com prioridade e máxima urgência a requisição, formulada pela Procuradoria-Geral do Município, de processo administrativo necessário à instrução de pronunciamento administrativo ou judicial.

() É vedada a utilização de microfilmagem na guarda temporária e permanente de documentos.

a) V, V, F, V

b) F, F, V, V

c) V, V, V, V

d) V, V, V, F

e) V, F, V, F

69- Acerca do processo administrativo decorrente de requerimento apresentado à Administração Pública Municipal, regulado pelo Decreto n. 2.477, de 25 de janeiro de 1980, assinale a assertiva incorreta.

- a) O requerimento será sempre dirigido à autoridade competente para apreciar o pedido, mas o erro na indicação não prejudicará a parte, devendo o processo ser encaminhado, por quem o detiver, à autoridade competente.
- b) Na contagem dos prazos, deve-se excluir o dia do começo e incluir o do vencimento.
- c) A interposição de recurso administrativo tem como efeito imediato a suspensão da execução da decisão recorrida.
- d) As partes serão notificadas dos despachos em que se lhes formulem exigências e intimadas das decisões proferidas no processo administrativo decorrente de requerimento.
- e) O servidor a quem competir informar o processo administrativo decorrente de requerimento não se eximirá de fazê-lo desde logo se, apesar da inobservância de alguma formalidade, estiverem presentes todos os elementos substancialmente necessários à informação ou à decisão.

70- Nos termos do Decreto n. 2.477, de 25 de janeiro de 1980, consideram-se documentos sigilosos aqueles que, pela natureza do assunto, devam ser de conhecimento restrito e requeiram medidas especiais de proteção para guarda, manuseio e divulgação. São regras aplicáveis à tramitação, guarda e manuseio em geral de tais documentos, exceto:

- a) ao receber documento sigiloso, o destinatário verificará sua inviolabilidade, consignando qualquer anormalidade no recibo.
- b) os agentes públicos que, de qualquer modo, tiverem a posse, a guarda e o manuseio de documentos sigilosos, ou acesso a eles, são pessoalmente responsáveis, nos âmbitos administrativo, civil e penal, pelas medidas necessárias à sua plena salvaguarda.
- c) o agente público que tenha a posse ou guarda de documento sigiloso deverá entregá-lo a seu superior imediato quando, por qualquer motivo, se afastar de suas funções.
- d) ainda que classificados como documentos sigilosos, os processos administrativos disciplinares poderão ser examinados pelas partes ou por advogados regularmente constituídos, no recinto da repartição e no momento oportuno à produção de defesa.
- e) a requisição de documentos sigilosos poderá, em situações de urgência, ser feita oralmente, exigindo-se, nesse caso, a entrega pessoal dos documentos ao requisitante, mediante recibo.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

71- De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal, aprovado pelo Decreto n. 13.319, de 20 de outubro de 1994, são deveres éticos do servidor público:

- I. tratar com cortesia e boa vontade os usuários dos serviços públicos;
- II. comunicar imediatamente a seus superiores hierárquicos todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público;
- III. abster-se de exercer as prerrogativas da sua função com finalidade estranha ao interesse público;
- IV. abster-se de denunciar os superiores hierárquicos, em respeito ao princípio da hierarquia;
- V. apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- b) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- c) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, III e V.
- e) apenas as afirmativas I e III.

72- Em relação aos princípios constitucionais da administração pública, é correto afirmar que:

- I. o princípio da publicidade visa a dar transparência aos atos da administração pública e contribuir para a concretização do princípio da moralidade administrativa;
- II. a exigência de concurso público para ingresso nos cargos públicos reflete uma aplicação constitucional do princípio da impessoalidade;
- III. o princípio da impessoalidade é violado quando se utiliza na publicidade oficial de obras e de serviços públicos o nome ou a imagem do governante, de modo a caracterizar promoção pessoal do mesmo;
- IV. o princípio da moralidade administrativa não comporta juízos de valor elásticos, porque o conceito de "moral administrativa" está definido de forma rígida na Constituição Federal;
- V. o nepotismo é uma das formas de ofensa ao princípio da impessoalidade.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- b) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- c) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, III e V.
- e) apenas as afirmativas I e III.

73- De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal, aprovado pelo Decreto nº 13.319, de 20 de outubro de 1994:

- I. a ética no serviço público exige do servidor uma conduta não apenas de acordo com a lei, mas, também, com os valores de justiça e honestidade;
- II. para consolidar a moralidade do ato administrativo, é necessário que haja equilíbrio entre a legalidade e a finalidade na conduta do servidor;
- III. ao servidor é lícito omitir a verdade, quando for importante para a Administração;
- IV. o servidor deve manter o decoro não apenas no local de trabalho, mas, também, fora dele;
- V. as longas filas que se formam nas repartições públicas não podem ser qualificadas como causadoras de dano moral aos usuários dos serviços públicos, porque não decorrem de culpa do servidor, mas sim da Administração.

Estão corretas:

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- c) apenas as afirmativas I, II e IV.
- d) apenas as afirmativas II, III e V.
- e) apenas as afirmativas I, II e III.

74- Um servidor do fisco municipal encarregado do controle e guarda dos processos administrativos fiscais fez desaparecer um auto de infração de ISS porque o contribuinte autuado prometeu-lhe pagar as despesas de uma viagem ao exterior, que ele tanto desejava fazê-la. Ocorre que, após o extravio dos autos, o autor da promessa se negou a cumpri-la. Nesta hipótese o servidor:

- a) cometeu o crime de prevaricação.
- b) não cometeu crime algum, porque não recebeu a vantagem prometida.
- c) cometeu o crime de corrupção passiva.
- d) cometeu o crime de facilitação de descaminho.
- e) cometeu o crime de condescendência criminosa.

75- Um servidor da Prefeitura do Rio de Janeiro, por ter bons conhecimentos de informática, efetuou, por contra própria, alterações no sistema de controle de pagamentos do ISS, visando a torná-lo mais eficiente. Pode-se afirmar que essa conduta:

- a) configura crime de improbidade administrativa.
- b) configura crime de inserção de dados falsos em sistema de informações.
- c) configura crime de prevaricação.
- d) configura crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
- e) não configura crime algum, porque o propósito do servidor foi melhorar a eficiência do serviço.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

76- Sobre o processo administrativo tributário, assim entendido aquele que versar sobre aplicação ou interpretação da legislação tributária, é correto afirmar que:

- a) a sociedade de fato, o condomínio, o espólio, a massa falida ou qualquer outro conjunto de pessoas, coisas ou bens, sem personalidade jurídica, será representado, junto à autoridade administrativa, por quem estiver na direção ou na administração de seus bens, na data da petição, salvo se os fatos discutidos no processo se referirem a período anterior, em que a respectiva administração estivesse a cargo de outrem, a quem incumbirá tal representação.
- b) a critério dos titulares dos órgãos lançadores ou julgadores, poderão ser atuados ou reunidos em um único processo as impugnações ou os recursos relativos a mais de um lançamento do mesmo tributo, em que seja parte um mesmo sujeito passivo e desde que os fundamentos de fato e de direito dos pedidos sejam idênticos para todos os lançamentos questionados.
- c) o postulante, ou quem o represente, poderá ter vista dos processos em que for parte, desde que, a critério da autoridade ou órgão ou autoridade competente para apreciá-lo, tal medida seja de fato necessária à sua defesa.
- d) as petições devem ser dirigidas à autoridade ou órgão competente para praticar o ato e apreciar a matéria, e o erro na indicação deste ou daquela, por parte do contribuinte, implica o seu indeferimento. Dessa decisão, porém, caberá pedido de reconsideração.
- e) nas petições, impugnações, recursos, pareceres, promoções e informações, as expressões descortes- ses ou injuriosas deverão ser canceladas de ofício pela autoridade administrativa, que mandará riscá-las.

77- Julgue os itens a seguir; após, assinale a opção adequada:

- I. são nulos os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor incompetente;
- II. a nulidade de um ato pode prejudicar atos posteriores;
- III. são nulas as decisões não fundamentadas;
- IV. a nulidade não aproveita ao interessado, exceto quando este lhe houver dado causa;
- V. na decretação da nulidade de um ato, a autoridade poderá mencionar os atos alcançados por ela.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, III e IV.
- b) I, III, IV e V.
- c) I, II e III.
- d) II, III e V.
- e) I, IV e V.

78- Os interessados deverão ter ciência de decisões proferidas nos processos administrativos que tenham natureza decisória ou que lhes imponham a prática de qualquer ato. De acordo com a legislação que rege o processo administrativo tributário no Município do Rio de Janeiro, são formas válidas de intimação, exceto:

- a) por intermédio de mensagem eletrônica, mediante confirmação do recebimento da mensagem, desde que previsto em ato do Secretário Municipal de Fazenda.
- b) pessoalmente, pela ciência dada na repartição, ao interessado ou seu representante, no caso de comparecimento espontâneo ou a chamado do órgão onde se encontrem os autos.
- c) pessoalmente, pelo autor do procedimento ou outro servidor encarregado, comprovada pelo "ciente" do intimado ou de seu preposto.
- d) por via postal, considerando-se recebida quando houver comprovação de entrega, na forma da legislação postal brasileira. A recusa de recebimento por parte do interessado, devidamente atestada pelo agente dos Correios, produz os mesmos efeitos da intimação pessoal.
- e) por edital, publicado uma única vez no Diário Oficial do Município, nos casos previstos em lei.

79- A legislação que rege o processo administrativo tributário admite a denúncia, por parte de pessoas estranhas à Administração, de atos ou fatos que considere infração à legislação tributária, como forma de resguardo dos interesses da Fazenda. Sobre essa denúncia, é incorreto afirmar que:

- a) poderá, em alguns casos, ser anônima, sendo assegurado ao denunciante conhecer-lhe o resultado, caso se conclua por sua procedência, ainda que não se identifique.
- b) quando feita verbalmente, será reduzida a termo na repartição em que for apresentada.
- c) quando feita por escrito, deverá conter: a qualificação do denunciante; a indicação, com a precisão possível, do infrator; a descrição circunstanciada dos atos ou fatos, entre outras informações. A qualificação do denunciante não será exigida, tratando-se de denúncia anônima.
- d) sendo a denúncia desprovida de indícios de autoria e de comprovação da prática da infração, a autoridade competente poderá deixar de executar os respectivos procedimentos fiscais e administrativos.
- e) recebida a denúncia, a regra é que ela seja encaminhada à autoridade competente para a adoção do procedimento cabível.

80- Assinale a opção incorreta.

- a) Por meio da lavratura de Termo de Arrecadação, a autoridade competente pode arrecadar livros e documentos que interessem à ação fiscal. A fiscalização não poderá retê-los, porém, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em casos especiais e mediante despacho fundamentado, quando será possível a prorrogação do prazo por igual período.
- b) A aplicação de penalidade por infringência à legislação tributária decorrente de procedimento fiscal formaliza-se por meio do Auto de Infração, cuja lavratura incumbe, privativamente, aos servidores que tenham competência para a fiscalização do tributo.
- c) Quando, no interesse da fiscalização, seja necessário consignar a existência de estado ou situação de fato passível de modificação com o decurso do tempo, lavrar-se-á Auto de Constatação. Este servirá de prova no processo que lhe deu origem ou que vier a ser instaurado.

- d) Notificação de Lançamento é o documento que formaliza a exigência de crédito tributário, em todos os casos em que o lançamento do tributo não resulte em aplicação de penalidade por infração à legislação tributária.
- e) O Termo de Apreensão é o instrumento que permite à autoridade apreender livros e documentos que contenham indícios da prática de infrações à legislação fiscal ou penal. Nestes casos, o material apreendido será remetido para instrução do respectivo procedimento, fiscal ou criminal, conforme o caso. Mas não será devolvido, em quaisquer casos, ao sujeito passivo.
- 81- Quando o cálculo do tributo tiver por base, ou tomar em consideração, o valor ou preço de bens, direitos ou serviços ou atos jurídicos, o Fiscal de Rendas proporá, mediante relatório fundamentado, arbitramento daquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou terceiro legalmente obrigado. Em tais casos, pode-se afirmar que:
- o titular do órgão lançador fixará o arbitramento da base de cálculo do tributo, podendo fazê-lo por meio de despacho fundamentado.
 - quando definida como valor venal de bem imóvel, a base de cálculo será obtida a partir de critérios tecnicamente reconhecidos para a avaliação de imóveis; todavia, tratando-se do valor venal de direitos relativos a estes mesmos bens, a avaliação será feita somente levando-se em consideração a precificação de mercado.
 - o relatório a ser elaborado pelo Fiscal de Rendas, propondo o arbitramento dos valores questionados, poderá conter, se for o caso, os elementos e critérios motivadores do arbitramento.
 - o sujeito passivo poderá impugnar o Auto de Infração em questão, questionando o valor arbitrado, apresentando, para tanto, avaliação contraditória.
 - caso o sujeito passivo venha a efetuar algum pagamento no período, poderá solicitar à autoridade competente a dedução dos valores pagos do valor do tributo resultante da base de cálculo arbitrada.
- 82- O litígio administrativo encerra-se com a decisão definitiva, a desistência da impugnação ou do recurso, o pagamento do Auto de Infração e da Nota ou Notificação de Lançamento, o pedido de parcelamento, a extinção do crédito tributário ou com a prática de qualquer ato, da parte do sujeito passivo, que importe em confissão de dívida ou reconhecimento da existência de crédito. Consideram-se decisões definitivas, exceto:
- as de primeira instância, expirado o prazo para o pedido de reconsideração, sem que este tenha sido interposto.
 - as de primeira instância, expirado o prazo para o recurso voluntário, sem que este tenha sido interposto.
 - as de primeira e de segunda instâncias na parte não objeto de recurso voluntário ou pedido de reconsideração, respectivamente.
 - as de segunda instância, quando não couber recurso ou pedido de reconsideração.
 - a declaração, feita pela autoridade competente, da desistência da impugnação ou recurso interposto na esfera administrativa, na hipótese em que o contribuinte venha a propor ação judicial relativa à mesma matéria objeto do litígio administrativo.
- 83- Em tema de Processo Contencioso, julgue os itens a seguir. Em seguida, assinale a opção que corresponda às suas respostas:
- a impugnação do interessado deverá ser apresentada, por escrito à repartição por onde tramitar o processo, já instruída com os documentos em que se fundamentar, nos prazos fixados, e sustará a cobrança do crédito até decisão administrativa final;
 - durante o prazo de impugnação, o processo permanecerá no órgão lançador, onde o interessado ou seu representante dele poderá ter vista, sendo vedada a retirada dos autos;
 - verificando a autoridade julgadora que a impugnação não preenche os requisitos exigidos, ou apresentando defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento, determinará que o impugnante a regularize dentro do prazo fixado.
- Estão corretos apenas os itens I e III.
 - Todos os itens estão corretos.
 - Está correto apenas o item III.
 - Está correto apenas o item I.
 - Todos os itens estão errados.

84- O litígio administrativo, originado pela impugnação, será julgado, em primeira instância, pelo titular da Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributários. Sobre tal julgamento, é incorreto afirmar que:

- a) na decisão em que for julgada questão preliminar, será também julgado o mérito, salvo quando incompatíveis.
- b) a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar a produção das provas que julgar necessárias.
- c) da decisão de primeira instância, caberá recurso ao Conselho de Contribuintes, que será apresentado no órgão que tenha promovido a ciência ou a intimação do interessado. Todavia, verificando a autoridade deste órgão a perempção, negará seguimento ao recurso, que não seguirá para o órgão de segunda instância.
- d) encerrada a fase de julgamento, o processo será encaminhado ao órgão de origem, que cientificará o sujeito passivo da decisão e, quando for o caso, imporá a multa e o intimará a cumprir a decisão de primeira instância, no prazo de 30 (trinta) dias.
- e) a autoridade julgadora não ficará adstrita ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com base em outros elementos ou fatos provados nos autos.

85- Havendo dúvidas sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, é facultada a formulação de consulta por parte de qualquer pessoa, física ou jurídica, que tenha legítimo interesse no seu objeto, bem como aos órgãos de classe representantes de categorias econômicas ou profissionais. Sobre a consulta, é correto afirmar que:

- a) o objeto da consulta deverá consistir em dúvidas ou circunstâncias atinentes à situação do consulente, devendo ser formulada de forma objetiva, clara e precisa, indicando, ainda, se versa sobre hipótese em relação à qual já tenha ocorrido o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo, a data da sua ocorrência.
- b) para produzir efeitos relativamente aos representados pelos órgãos de classe de categorias econômicas ou profissionais, porém, a consulta deverá ser aprovada pelo Procurador-Geral do Município, por meio de despacho publicado no Diário Oficial do Município.
- c) a consulta formulada por órgãos de classe representantes de categorias econômicas ou profissionais, visando à orientação a ser adotada por seus representantes, alcança todos os que nela estejam identificados, prescindindo, para tanto, de autorização expressa constante de estatuto ou documento individual ou coletivo.
- d) a consulta regularmente formulada impede a ocorrência de mora em relação à matéria sobre a qual se pede a interpretação da norma aplicável, produzindo efeitos ainda relativamente a tributos sujeitos a retenção na fonte.
- e) a consulta não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano pela autoridade competente se, a juízo desta, versar sobre fato incontroverso.